

Windepar Holding S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Windepar Holding S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Windepar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Empréstimos, financiamentos e debêntures e Cláusulas contratuais restritivas ("Covenants")

Conforme divulgado na nota explicativa 11, a Companhia e suas controladas possuem passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures emitidas, nos montantes de R\$ 73.301 mil e R\$ 357.483 mil na controlada e consolidado, respectivamente. Adicionalmente, dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos ("Covenants").

O endividamento da Companhia e suas controladas, incluindo o atendimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros e conseqüente mudança no cronograma de vencimento dessa dívida podem ter efeitos relevantes sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, o envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários, revisão das escrituras de debêntures e dos contratos de empréstimos e financiamentos, e suas alterações e recálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, avaliação a aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos covenants financeiros. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre o assunto, as quais se encontram na nota explicativa 11.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o endividamento e correspondentes cláusulas contratuais restritivas ("Covenants"), que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 11 às demonstrações contábeis, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

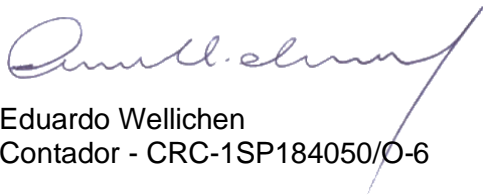
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

São Paulo, 21 de março de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Eduardo Wellichen
Contador - CRC-1SP184050/O-6

Windepar Holding S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante		12.570	8.231	45.378	47.302
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.135	934	5.579	4.337
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	29.793	33.854
Contas a receber de clientes	7	-	-	7.808	7.266
Impostos de renda e contribuição social a compensar		776	695	776	695
Despesas pagas antecipadamente		-	2	818	13
Dividendos e capital a receber	16	8.659	733	-	-
Mútuo a receber	16	-	5.867	-	-
Outros ativos		-	-	604	1.137
Não circulante		300.081	301.803	577.317	582.402
<u>Realizável a longo prazo</u>		-	-	55.781	40.136
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	55.761	40.116
Outros ativos		-	-	20	20
Investimento em controladas	8	300.081	301.803	-	-
Imobilizado	9	-	-	503.704	523.408
Intangível	10	-	-	17.832	18.858
Total do ativo		312.651	310.034	622.695	629.704
Passivo					
Circulante		4.948	3.441	33.985	32.221
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	4.936	3.436	25.122	22.666
Arrendamentos	13	-	-	92	89
Fornecedores	12	4	-	3.692	2.613
Obrigações com empregados		-	-	512	589
Impostos de renda e contribuição social a recolher		-	-	1.139	518
Outros tributos a recolher		3	1	544	312
Provisões de constituição de ativos	14	-	-	2.558	4.907
Provisão para compensação ambiental		-	-	305	494
Outros passivos		5	4	21	33
Não circulante		68.365	151.974	349.372	442.864
Empréstimos, financiamento e debêntures	11	68.365	65.803	332.361	343.459
Arrendamentos	13	-	-	4.881	2.683
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	-	86.171	-	86.171
Provisão para desmobilização de ativos	17	-	-	12.130	10.545
Outros passivos		-	-	-	6
Total do passivo		73.313	155.415	383.357	475.085
Patrimônio líquido		239.338	154.619	239.338	154.619
Capital social	18	298.455	212.284	298.455	212.284
Prejuízos acumulados		(59.117)	(57.665)	(59.117)	(57.665)
Total do passivo e patrimônio líquido		312.651	310.034	622.695	629.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	-	-	76.322	57.636
Custos operacionais					
Compra de energia elétrica		-	-	(6)	(11)
Encargos do uso da rede elétrica		-	-	(152)	(353)
Custos dos serviços prestados	20	-	-	(35.591)	(34.756)
		-	-	(35.749)	(35.120)
Lucro bruto		-	-	40.573	22.516
(Despesas) Receitas operacionais					
Administrativas e gerais	20	(689)	(665)	(3.427)	(2.986)
Resultado de equivalência patrimonial	8	12.880	(2.563)	-	-
Outras receitas operacionais		-	-	44	-
		12.191	(3.228)	(3.383)	(2.986)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		12.191	(3.228)	37.190	19.530
Despesas financeiras	21	(13.816)	(10.405)	(38.544)	(31.686)
Receitas financeiras	21	173	927	3.622	1.806
		(13.643)	(9.478)	(34.922)	(29.880)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(1.452)	(12.706)	2.268	(10.350)
Imposto de renda e contribuição social	22	-	-	(3.720)	(2.356)
Prejuízo do exercício		(1.452)	(12.706)	(1.452)	(12.706)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(1.452)	(12.706)	(1.452)	(12.706)
Resultado abrangente do exercício	<u>(1.452)</u>	<u>(12.706)</u>	<u>(1.452)</u>	<u>(12.706)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	178.754	(44.959)	133.795
Aumento de capital	33.530	-	33.530
Prejuízo do exercício	-	(12.706)	(12.706)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	212.284	(57.665)	154.619
Aumento de capital	86.171	-	86.171
Prejuízo do exercício	-	(1.452)	(1.452)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	298.455	(59.117)	239.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Windepar Holding S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(1.452)	(12.706)	2.268	(10.350)
Ajustes no resultado para:				
Depreciação e amortização	444	441	22.100	22.699
Resultado de equivalência patrimonial	(12.880)	2.563	-	-
Encargos sobre dívidas, arrendamentos e mútuo	13.781	10.310	38.067	30.840
Receita de aplicações financeiras	(73)	-	(3.585)	(1.805)
Outras despesas e receitas	-	(951)	-	-
Baixa de ativos	-	-	35	1.463
	(180)	(343)	58.885	42.847
(Aumento) redução no ativo				
Contas a receber	-	-	(542)	(183)
Tributos a compensar	(73)	(580)	(81)	(580)
Despesas pagas antecipadamente	2	-	(805)	19
Outros ativos	-	-	533	(868)
	(71)	(580)	(895)	(1.612)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	4	(5)	1.079	104
Salários, férias e encargos sociais	-	-	(77)	163
Tributos a recolher	2	(8)	853	(877)
Provisões de constituição de ativos	-	-	(407)	(333)
Outros passivos	2	4	(18)	32
	8	(9)	1.430	(911)
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro	-	-	(2.616)	(1.612)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais	(243)	(932)	56.804	38.712
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Resgate títulos e valores mobiliários	-	-	35.214	52.824
Aplicações em títulos e valores mobiliários	-	-	(43.287)	(54.165)
Recebimento por redução de capital em controladas	5.500	-	-	-
Dividendos recebidos	733	-	-	-
Adições no imobilizado	-	-	(612)	(252)
Adições no intangível	-	-	(15)	(9)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimentos	6.233	-	(8.700)	(1.602)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	120	-	120
Ingresso de dívidas	-	-	-	13.562
Pagamento de juros sobre financiamento e debêntures	(5.741)	(5.465)	(23.442)	(14.443)
Pagamento de principal de financiamentos e debêntures	(3.978)	(2.679)	(22.774)	(10.702)
Pagamento de arrendamento	-	-	(646)	(441)
Empréstimo pago de partes relacionadas	-	(24.610)	-	(23.614)
Empréstimo recebido de partes relacionadas	5.930	34.459	-	-
Caixa líquido (aplicados nas) proveniente das atividades de financiamentos	(3.789)	1.825	(46.862)	(35.518)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.201	893	1.242	1.592
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
Saldo no início do exercício	934	41	4.337	2.745
Saldo no final do exercício	3.135	934	5.579	4.337
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.201	893	1.242	1.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Informações gerais

A Windepar Holding S.A. (“Companhia” ou “Windepar”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 09 de maio de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP na Rua Gomes de Carvalho, n. 1996, 16º andar, Conjunto 162, Sala E, e tem por objeto a participação em outras sociedades, civis ou comerciais, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a gestão e a comercialização de bens próprios. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A.

A Windepar controla cinco companhias de geração de energia elétrica por meio de fonte eólicas localizadas no Brasil, sendo divulgado abaixo os detalhes das autorizações:

Controladas	Localização	Resolução Autorizativa ANEEL n°	Prazo da autorização		Início da operação	Capacidade instalada - MW	Energia assegurada - MW
			Início	Fim			
Energia dos Ventos I S.A. ('EDVI')	Aracati (CE)	Portaria 431/12	17/07/12	17/07/47	22/12/18	23,1	11,8
Energia dos Ventos II S.A. ('EDVII')	Aracati (CE)	Portaria 428/12	16/07/12	16/07/47	22/12/18	12,6	6,0
Energia dos Ventos III S.A. ('EDVIII')	Aracati (CE)	Portaria 433/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	18,9	9,6
Energia dos Ventos IV S.A. ('EDVIV')	Aracati (CE)	Portaria 442/12	24/07/12	24/07/47	22/12/18	27,3	14,8
Energia dos Ventos X S.A. ('EDVX')	Aracati (CE)	Portaria 435/12	19/07/12	19/07/47	22/12/18	16,8	8,7
						98,7	50,9

Não há previsão de renovação das autorizações, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo das autorizações.

Essas demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas.

1.1. Impactos do COVID-19

Desde o início da pandemia e até o momento a Companhia e suas controladas tem adotado medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e subestações, e observando as recomendações das autoridades sanitárias em localidade em que atua.

Em 2020 foi criado o Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a situação, e a Comissão Interna de Controle de Infecção, com a contratação de profissional especializado (médico infectologista) para que nos dê assessoria e estabeleça protocolos. Tanto o Comitê, quanto a Comissão Interna têm acompanhado toda a situação e tem tomado medidas de carácter preventivo de acordo com cada estágio da pandemia.

A partir de 18 de outubro de 2021, os(as) colaboradores(as) do Escritório Corporativo iniciaram a retomada do trabalho presencial na modalidade de Trabalho Híbrido e de forma flexível, seguindo um protocolo rigoroso de cuidados e prevenção à COVID-19, de acordo com o Plano de Retomada das Atividades Presenciais, definido pela Comissão Interna de Controle de Infecção e aprovado pelo Comitê de Crises, cujas principais orientações são: revezamento de colaboradores(as) em regime de escala, sendo três dias de forma presencial e dois dias em *home office* (trabalho remoto); estabelecimento de horários flexíveis para jornada de trabalho e refeições; uso obrigatório de máscaras durante toda a interação presencial; testagem semanal no primeiro dia de trabalho no escritório; distanciamento das estações de trabalho e demais ambientes do escritório (copas, banheiros); restrições de utilização de salas de reunião e incentivo à realização de reuniões de forma virtual, e realização de treinamento específico sobre os cuidados e regras de comportamento esperado durante a retomada e enquanto perdurar o alerta contra a COVID-19.

1.1 Impactos do COVID-19 - Continuação

Em relação aos saldos contábeis, foram avaliados os possíveis impactos, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia e suas controladas mitigam os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios das controladas da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração das controladas da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2021 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia e suas controladas que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 21 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas exige que a Administração da Companhia e de suas controladas faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas e suas respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a cada data de reporte, e sendo necessária mudanças, as mesmas serão reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos nos próximos exercícios estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

- **Contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7)** - registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- **Imobilizado (nota explicativa nº 9) e Intangível (nota explicativa nº 10)** – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Provisão para constituição de ativos (nota explicativa nº 14); Provisão para contingências (nota explicativa nº 14) e Provisão para desmobilização de ativos (nota explicativa nº 18)** - reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

2.5 Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e de suas controladas. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. A tabela a seguir demonstra os investimentos que a Companhia possui:

Razão social	Tipo de investimento	Participação (%)	
		2021	2020
Energia dos Ventos I S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos II S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos III S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos IV S.A.	Controlada	100,00	100,00
Energia dos Ventos X S.A.	Controlada	100,00	100,00

Entre os principais ajustes de consolidação estão as seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as controladas e a controladora, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital, reservas e lucro (prejuízo) do exercício das controladas.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

- **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes de suas controladas é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornaram parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.1. Instrumentos financeiros - Continuação

- **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia e suas controladas realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia e de suas controladas têm como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração; e
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia e de suas controladas.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.1. Instrumentos financeiros - Continuação

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR: esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

- **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.2. Redução ao valor recuperável

• Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas mensuram as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos dos contratos em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia e suas controladas consideram ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia e à suas controladas, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia e suas controladas de acordo com os contratos e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e de suas controladas para a recuperação dos valores devidos.

3. Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.2. Redução ao valor recuperável - Continuação

• Ativos não financeiros

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e de suas controladas.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.3. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3.1. Provisão para desmobilização de ativos

Aplicável às controladas que exploram parques eólicos que, nos contratos de arrendamento do terreno onde instalados, assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo dos contratos. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e são depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

3.3.2. Provisão para constituição dos ativos

As provisões de constituição de ativos contemplam obrigações assumidas das obras de suas controladas a serem finalizadas oriundas das autorizações, e que estão relacionadas a um determinado projeto que já entrou em operação. A contrapartida desta provisão é registrada na rubrica de Imobilizado.

3.3.3. Provisões para contingências

A avaliação se uma provisão é necessária de ser reconhecida inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e por suas controladas. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitado ao prazo de autorização.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente, por suas controladas, são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de outras despesas líquidas, consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O saldo do ativo intangível da Companhia e suas controladas estão compostos principalmente por: Ativos intangíveis adquiridos de terceiros (direito de exploração) e softwares.

3.6. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início se o contrato é ou contém arrendamento. Ou seja, se contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Caso o contrato atenda a esses requisitos, a Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente de cada contrato. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados a uma taxa de juros incremental no arrendamento.

3.7. Tributação

• *Tributos sobre as vendas de energia*

As receitas de venda de energia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

• *Imposto de renda e contribuição social - correntes*

O lucro ou prejuízo tributável difere do lucro (ou prejuízo) antes dos impostos reportado na demonstração do resultado da Companhia (sistemática do Lucro Real), devido a legislação tributária exigir que certas transações devem ser excluídas ou adicionadas ao lucro contábil. Apurado o lucro tributável, aplicam-se as alíquotas vigentes de 15%, acrescida do adicional de 10% quando o lucro tributável ultrapassar R\$240 anuais, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. E ainda, quando aplicável, consideram a compensação de prejuízos fiscais, limitada a 30% do lucro tributável.

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados nas controladas da Companhia são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.7 Tributação - Continuação

- **Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

As controladas, em conformidade com a Lei 9.427/96, recolhem a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

3.8. Receita de geração de energia elétrica

As receitas de suas controladas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações dos contratos com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente nos contratos; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas nos contratos; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho dos contratos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(a) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2021 é de:

- R\$179,90 MH/h (R\$171,66 MH/h em 2020) para a EDV I;
- R\$178,18 MW/h (R\$170,01 MH/h em 2020) para a EDV II;
- R\$180,34 MW/h (R\$172,08 MH/h em 2020) para a EDV III;
- R\$179,57 MW/h (R\$171,34 MH/h em 2020) para a EDV IV; e
- R\$170,80 MW/h (R\$170,80 MH/h em 2020) para a EDV X.

Todos os preços acima são reajustados pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(b) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

4. Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC

4.1. Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2021

A Companhia e suas controladas adotaram a partir de 1º janeiro de 2021 a norma abaixo, contudo, não há efeito material nas demonstrações contábeis:

- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021 (alterações no CPC 06 (R2)).

4. Pronunciamentos técnicos novos e/ou revisado pelo CPC – Continuação

4.2. Novas normas e interpretações ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas, mas ainda não obrigatórias até a data de emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão descritas a seguir:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao IAS 1);
- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao IAS 37);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao IAS 16);
- Definição de estimativas contábeis (alterações ao IAS 8);
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2); e
- Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (alterações ao IAS 12).

A Companhia e suas controladas estarão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Numerário disponível	-	-	247	2.909
Certificados de depósitos bancários	3.135	934	3.135	934
Aplicações financeiras automáticas	-	-	2.197	494
	3.135	934	5.579	4.337

Os Certificados de depósitos bancários são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média 99% e 95% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, para a Companhia. As Aplicações financeiras automáticas foram remuneradas em média a 20% do CDI em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

6. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Fundo de investimento	28.824	33.089
Conta vinculada as Debêntures	6.703	5.351
Conta vinculada ao BNDES	50.027	35.530
	85.554	73.970
Circulante	29.793	33.854
Não circulante	55.761	40.116

O saldo da conta vinculada ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e suas controladas. Os recursos mencionados acima foram remunerados, em média de 99% a 100% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente.

A Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos fundos de investimentos cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, sendo o Fundo FI – Energia, composto majoritariamente por títulos públicos, e o Fundo de Investimento STA Energia, composto por operações compromissadas e títulos públicos. Os fundos de investimentos são mensurados ao valor justo por meio do resultado, e são remunerados em média por 106,06% em 31 de dezembro de 2021 (88,56% do CDI em 31 de dezembro de 2020).

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Ambiente regulado	7.536	6.726
Energia de curto prazo	272	540
Total	7.808	7.266

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi constituída, por suas controladas, provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8. Investimentos

A movimentação do investimento é conforme segue:

Investimentos:	Saldo em 31/12/2020	Redução de capital	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2021
EDV I	62.897	(1.870)	(96)	2.714	(644)	63.001
EDV II	38.390	(1.971)	(59)	1.463	(347)	37.476
EDV III	53.405	(3.194)	(86)	4.171	(991)	53.305
EDV IV	98.109	(2.678)	(125)	2.964	(704)	97.566
EDV X	49.002	(1.388)	(78)	1.568	(371)	48.733
Total	301.803	(11.101)	(444)	12.880	(3.057)	300.081

Em 22 de setembro de 2021 as controladas da Companhia, através de assembleia geral extraordinária, reduziram o capital social no valor total de R\$11.101, efetuando a devolução de capital para a Companhia, sendo R\$5.500 pagos a Companhia e o restante será pago até junho/2022.

Investimentos:	Saldo em 31/12/2019	Aumento de Capital	Amortização do intangível	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2020
EDV I	61.539	3.198	(95)	(1.745)	-	62.897
EDV II	36.152	2.268	(60)	39	(9)	38.390
EDV III	50.867	2.070	(86)	727	(173)	53.405
EDV IV	97.970	307	(134)	(34)	-	98.109
EDV X	47.635	2.983	(66)	(1.550)	-	49.002
Total	294.163	10.826	(441)	(2.563)	(182)	301.803

Em 1º de julho de 2020 foi realizado o aumento de capital nas controladas, mediante a conversão de crédito de mútuo, no montante de R\$10.826.

Os investimentos em controladas estão apresentados a seguir:

8. Investimentos - Continuação

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2021						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
EDV I	69.078.029	69.078.028	100,00%	138.663	78.116	60.547	2.714
EDV II	41.414.069	41.414.068	100,00%	74.610	38.646	35.964	1.464
EDV III	51.622.406	51.622.405	100,00%	108.449	57.338	51.111	4.171
EDV IV	95.945.147	95.945.146	100,00%	179.939	85.587	94.352	2.964
EDV X	54.836.762	54.836.761	100,00%	105.773	59.017	46.756	1.568

Controladora							
Descrição	Dados das controladas						
	31/12/2020						
	Qtde de ações totais	Qtde de ações detidas	Participação Votante e Total	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado
EDV I	69.078.029	69.078.028	100,00%	138.743	78.396	60.347	(1.745)
EDV II	41.414.069	41.414.068	100,00%	77.028	40.210	36.818	39
EDV III	51.622.406	51.622.405	100,00%	109.236	58.111	51.125	727
EDV IV	95.945.147	95.945.146	100,00%	184.115	89.345	94.770	(34)
EDV X	54.836.762	54.836.761	100,00%	107.156	60.208	46.948	(1.550)

9. Imobilizado

Consolidado											
Taxa média anual de depreciação	31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	Outros	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	Outros	31/12/2021
Em serviço											
Terrenos	6.600	-	-	-	-	6.600	-	-	-	-	6.600
Edificações e obras cívicas	5% 10.881	-	-	-	-	10.881	-	-	-	-	10.881
Máquinas e equipamentos	5% 579.706	34	(20)	3.279	6	583.005	447	-	80	(464)	583.068
Móveis e utensílios	20% 46	-	-	43	-	89	-	-	-	-	89
Direito de uso s/ arrendamento (i)	6% 2.828	-	-	-	124	2.952	-	-	-	2.354	5.306
Total do custo do imobilizado	600.061	34	(20)	3.322	130	603.527	447	-	80	1.890	605.944
Depreciação											
Edificações e obras cívicas	(1.413)	(358)	-	802	-	(969)	(359)	-	-	-	(1.328)
Máquinas e equipamentos	(68.588)	(21.665)	-	(801)	-	(91.054)	(21.021)	-	-	-	(112.075)
Móveis e utensílios	(4)	(13)	-	(1)	-	(18)	(3)	-	-	-	(21)
Direito de uso s/ arrendamento	(161)	(190)	-	-	-	(351)	(256)	-	-	-	(607)
Total da depreciação	(70.166)	(22.226)	-	-	-	(92.392)	(21.639)	-	-	-	(114.031)
Imobilizado em curso	16.820	218	(1.443)	(3.322)	-	12.273	165	(35)	(80)	(532)	11.791
Total do imobilizado líquido	546.715	(21.974)	(1.463)	-	130	523.408	(21.027)	(35)	-	1.358	503.704

(i) Outros refere-se a remensuração do passivo de arrendamento proveniente da extensão de contrato de locação.

As imobilizações em curso referem-se aos gastos no projeto do parque eólico, proveniente do Leilão nº 07/2011 - ANEEL. Dentre os investimentos incorridos, estão valores para a compra do sistema de conexão de transmissão, obras civis e gastos diversos incorridos com a construção do parque eólico.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia e suas controladas avaliaram a recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados, não tendo sido identificadas informações por meio de fontes internas e/ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

A Companhia e suas controladas não possuem ativos imobilizados dados em garantias ou penhoras.

10. Intangível

	Taxa média anual de amortização	Consolidado						
		31/12/2019	Adições	Transferência	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Em serviço								
Software	20%	153	9	7	169	-	169	
Direito de exploração	3%	13.921	-	-	13.921	-	13.921	
Servidões	3%	-	-	7.036	7.036	(580)	6.456	
Em curso								
Software		83	-	(83)	-	-	-	
Outros intangíveis		6.964	-	(6.964)	-	15	15	
Total do custo do intangível		21.121	9	(4)	21.126	15	(580)	20.561
Amortização								
Software		(108)	(32)	-	(140)	(17)	(157)	
Direito de exploração		(1.691)	(441)	4	(2.128)	(444)	(2.572)	
Total da amortização		(1.799)	(473)	4	(2.268)	(461)	(2.729)	
Total do intangível líquido		19.322	(464)	-	18.858	(446)	(580)	17.832

a) Direito de exploração na aquisição de controle:

Os direitos de exploração da autorização foram gerados na aquisição de controle das EDVs e estão sendo amortizados de forma linear durante o prazo de exploração das autorizações.

11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Financiadores	Empresa	Controladora					Consolidado				
		31/12/2021				31/12/2020	31/12/2021				31/12/2020
		Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total	Encargos	Custo a amortizar	Principal	Total	Total
1ª Emissão de											
Debentures	Windepar	269	(3.657)	76.689	73.301	69.239	269	(3.657)	76.689	73.301	69.239
BNDDES	EDV I	-	-	-	-	-	177	(58)	65.214	65.333	68.148
BNDDES	EDV II	-	-	-	-	-	100	(37)	36.909	36.972	38.559
BNDDES	EDV III	-	-	-	-	-	149	(42)	53.899	54.006	56.467
BNDDES	EDV IV	-	-	-	-	-	220	(51)	78.099	78.268	82.106
BNDDES	EDV X	-	-	-	-	-	132	(47)	49.518	49.603	51.606
Total		269	(3.657)	76.689	73.301	69.239	1.047	(3.892)	360.328	357.483	366.125
Circulante		269	(518)	5.185	4.936	3.436	1.047	(753)	24.828	25.122	22.666
Não circulante		-	(3.139)	71.504	68.365	65.803	-	(3.139)	335.500	332.361	343.459

As movimentações de empréstimos, financiamentos e debêntures são compostas da seguinte forma:

Movimentação da dívida	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	69.239	68.217	366.125	348.374
Ingresso de dívidas	-	-	-	13.562
Provisão de encargos de dívidas	13.781	9.166	37.574	29.334
Amortização do principal	(3.978)	(2.679)	(22.774)	(10.702)
Amortização do encargos	(5.741)	(5.465)	(23.442)	(14.443)
Saldo final	73.301	69.239	357.483	366.125

11 Empréstimos, financiamentos e debêntures - Continuação

• Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Controladas

Em 07 de março de 2017, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de alongamento da dívida, no montante total de R\$261.300. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de novembro de 2017 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Em 12 de dezembro de 2019, as controladas da Companhia, celebraram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do Complexo Eólico Aracati, no montante total de R\$60.000. Os contratos de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que as primeiras amortizações ocorreram em 15 de janeiro de 2021 e as últimas serão em 15 de outubro de 2032.

Os contratos com BNDES estabelecem apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização dos contratos, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia e suas controladas tem cumprido com os *covenants* qualitativos e quantitativos durante os exercícios de 2021 e 2020, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

• Debêntures - Controladora

Em 15 de dezembro de 2016, ocorreu a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação da Companhia. O valor total da emissão foi de R\$67.500, dividida em 67.500 debêntures, cada uma no valor nominal de R\$10 mil. As debêntures tiveram início de pagamento semestral em 15 de junho de 2019 e juros de IPCA+7,63% a.a., tendo a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente fiduciário e com vencimento para 15 de dezembro de 2028.

O contrato de debêntures estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,20. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o ICSD Consolidado foi cumprido. A Companhia tem cumprido com os *covenants* qualitativos durante o ano de 2021, decorrentes da emissão de debêntures celebrada. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

As parcelas relativas aos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo por tipo de indexador tem os seguintes vencimentos:

Controladora	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
IPCA	5.454	6.913	9.505	11.233	12.529	14.690	16.634	76.958
(-) Custo a amortizar	(518)	(523)	(523)	(523)	(523)	(523)	(524)	(3.657)
Total	4.936	6.390	8.982	10.710	12.006	14.167	16.110	73.301

Consolidado	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
IPCA	11.086	12.466	15.058	16.786	18.082	20.243	43.235	136.956
TJLP	14.789	15.124	16.270	17.502	18.827	20.252	121.655	224.419
(-) Custo a amortizar	(753)	(523)	(523)	(523)	(523)	(523)	(524)	(3.892)
Total	25.122	27.067	30.805	33.765	36.386	39.972	164.366	357.483

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Materiais e Serviços	4	-	3.692	2.613

13. Arrendamentos

Natureza do arrendamento	Condições contratuais					Consolidado	
	Prazo do contrato	Valor presentes dos pagamentos	Índice de reajuste	Taxa a.a (%)	Periodicidade da amortização	31/12/2021	31/12/2020
Imóveis em geral	5 anos	486	IGP-M	9,26	Mensal	676	265
Terrenos de parques eólicos	30 anos	2.667	IPCA	10,30	Mensal	4.297	2.507
Total						4.973	2.772
Circulante						92	89
Não circulante						4.881	2.683

Movimentação dos arrendamentos	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	2.772	2.753
Juros incorridos	493	336
Contraprestação paga	(646)	(441)
Remensuração	2.354	124
Saldo final	4.973	2.772

A remensuração do passivo de arrendamento é proveniente da extensão de contrato de locação.

As parcelas relativas aos arrendamentos classificadas no passivo tem os seguintes vencimentos:

Parcelas vencíveis dos arrendamentos	31/12/2021							Total
	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Após 2027	
Consolidado	92	142	156	172	191	109	4.111	4.973

14. Provisões para constituição de ativo

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado, incorridos e não faturados, referentes a sua fase de implantação, reconhecidas contabilmente em contrapartida ao ativo imobilizado em curso ou ativo contratual, as quais ainda não houveram desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma da obra, e de acordo com a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	Consolidado	Consolidado
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	4.907	5.240
Adições	-	-
Baixas	(1.862)	-
Realização	(487)	(333)
Saldo final	2.558	4.907

15. Provisão para contingências

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

- (A) **Perda provável:** não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
- (B) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no período findo de 31 de dezembro de 2021 merecem destaques as seguintes demandas:
- (i) **Demandas Trabalhistas/Tributárias/Cíveis/Ambientais/Arbitrais:** atualmente existe um processo judicial de natureza Cível, de valor em risco aproximado em R\$9, e um processo judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$74, ambos com natureza de risco possível de perda. Não há processos relevantes que devam ser destacados.
- (ii) **Demandas Regulatórias:** Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995- 79.2016.4.01.3400, porrrposta pela Alupar Investimento S.A., bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da Companhia: e ACE Comercializadora LTDA., Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos III S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas EDVs, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$285.

16. Partes relacionadas

a. Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos em aberto na data-base das demonstrações contábeis provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

Transação / parte relacionada	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Balanco patrimonial				
Ativo				
Mutuo - EDV I ii)	-	1.741	-	-
Mutuo - EDV IV ii)	-	2.428	-	-
Mutuo - EDV X ii)	-	1.698	-	-
	-	5.867	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV I	1.869	-	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV II	1.058	59	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV III	2.048	439	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV IV	2.416	235	-	-
Dividendos e capital a receber - EDV X	1.268	-	-	-
	8.659	733	-	-
Total do ativo	8.659	6.600	-	-
Passivo				
Arrendamento de imóveis - Alupar	-	-	676	265
AFAC - Alupar	-	86.171	-	86.171
Total do passivo	-	86.171	676	86.436
Demonstração de resultado				
Receita de juros sobre mútuo ativo - EDVs	63	951	-	-
Despesa de juros sobre mútuo passivo - Alupar i)	-	(1.144)	-	(1.144)

16 Partes relacionadas - Continuação

- i) Refere-se a contratos de mútuo entre a Companhia e sua controladora Alupar, liquidados no montante de R\$23.212 em 30 de junho de 2020 e o restante, no montante de R\$33.530 convertido para aumento de capital em 1º de julho de 2020. Os contratos eram remunerados a 100% da CDI a.a.
- ii) Refere-se a contratos de mútuo entre a Companhia e suas controladas, com vencimentos em julho de 2021, para fazer frente às necessidades de caixa. Os contratos eram remunerados a 100% da CDI a.a. Em 1º de julho de 2020 parte do mútuo foi convertido em capital social nas controladas pela Companhia, no montante de R\$ 10.826. O saldo remanescente de R\$5.867 foi liquidado pelas controladas em 14 de junho de 2021.

b. Garantias

Empresa	Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2021
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento BNDES - nº 15.2.0778.1 e 15.2.0778.4	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	261.300	284.417
EDV I, EDV II, EDV III, EDV IV e EDV X	Alupar e Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento BNDES - nº 19.2.0598.1		10/12/2019	15/10/2032	60.000	

c. Remuneração da alta administração

A Alupar, controladora da Companhia, optou por não realizar pagamentos de remuneração da alta administração através da Companhia e de suas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A remuneração da Alta Administração da Companhia e de suas controladas é paga pela própria Alupar.

17. Provisões para Desmobilização de ativo

Mapa de movimentação	Consolidado	
	31/12/2020	Atualização monetária 31/12/2020
EDV I	6.105	918
EDV X	4.440	667
	10.545	1.585

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado é de R\$298.455 em 31 de dezembro de 2021 (R\$212.284 em 31 de dezembro de 2020) representado por 325.862.705 ações ordinárias (2020: 207.820.239 ações ordinárias), pertencente 100% pela acionista Alupar Investimento S.A.

Em 1º de julho de 2020 através da Assembléia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital na Companhia no valor de R\$33.530 com a emissão 42.987.283 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,78 por ação. O aumento de capital foi integralizado com crédito mútuo.

Em 25 de junho de 2021 através da Assembléia Geral Extraordinária foi deliberado o aumento de capital na Companhia no valor de R\$86.171 com a emissão 118.042.466 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de R\$ 0,73 por ação. O aumento de capital foi integralizado mediante a conversão de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

19. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Suprimento de energia - Ambiente regulado	62.746	60.035
Suprimento de energia - Comercialização	16.002	-
Ajuste positivo CCEE	1.019	98
Receita Bruta	79.767	60.133
PIS - Programa de integração social	(557)	(390)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.563)	(1.804)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(325)	(303)
Deduções da receita	(3.445)	(2.497)
Receita operacional líquida	76.322	57.636

20. Custos e despesas operacionais por natureza

	Controladora		Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021		31/12/2020	
	Despesas gerais e administrativas	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
Pessoal	-	-	(1.289)	(884)	(1.254)	(938)
Material	-	-	(488)	(9)	(550)	(10)
Serviços de Terceiros	(185)	(171)	(10.785)	(1.756)	(9.981)	(1.298)
Depreciação e amortização	(444)	(441)	(21.508)	(592)	(22.127)	(572)
Aluguéis	-	-	(738)	(33)	(132)	(24)
Seguros	(1)	(1)	(619)	(28)	(583)	(16)
Doações e contribuições	-	-	(49)	(14)	(59)	(1)
Outros tributos e taxas	(59)	(49)	(121)	(101)	(27)	(84)
Outros	-	(3)	-	(10)	(43)	(43)
	(689)	(665)	(35.591)	(3.427)	(34.756)	(2.986)

21. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	73	18	3.585	1.779
Outros	100	909	37	27
Total	173	927	3.622	1.806
Despesas Financeiras				
Encargos sobre dívida	(13.781)	(10.310)	(38.067)	(30.840)
Outros	(35)	(95)	(477)	(846)
Total	(13.816)	(10.405)	(38.544)	(31.686)
Resultado financeiro	(13.643)	(9.478)	(34.922)	(29.880)

22. Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita operacional bruta	79.767	79.767	60.133	60.133
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	6.381	9.572	4.811	7.216
Receita financeira	3.622	3.622	1.806	1.806
	10.003	13.194	6.617	9.022
Alíquota de 15% e 9%	1.500	1.187	992	812
Alíquota adicional de 10%	976	-	638	-
	2.476	1.187	1.630	812
Outros	57	-	(85)	(1)
Despesas com imposto de renda e contribuição social	2.533	1.187	1.545	811

O imposto de renda e a contribuição social das controladas são recolhidos com base no lucro presumido regime de caixa e compõe indicador para o cálculo de ICSD, razão pela qual os cálculos são apresentados partindo dos valores de recebimento de caixa e não do resultado líquido acumulado do exercício. O valor considerado para cálculo de ICSD no exercício de 2021, foi de R\$2.489, excluindo do total de R\$3.720, o valor de R\$1.231 que se refere aos impostos pagos oriundos das receitas financeiras.

23. Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

23. Instrumentos financeiros e gestão de risco – Continuação

a. Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

	Consolidado				Classificação	Nível
	31/12/2021		31/12/2020			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixa	247	247	2.909	2.909	Custo amortizado	-
Equivalentes de caixa	5.332	5.332	1.428	1.428	Valor justo por meio do resultado	2
Títulos e valores mobiliários	85.554	85.554	73.970	73.970	Valor justo por meio do resultado	2
Contas a receber de clientes	7.808	7.808	7.266	7.266	Custo amortizado	-
	98.941	98.941	85.573	85.573		
Passivos financeiros						
Fornecedores	3.692	3.692	2.613	2.613	Custo amortizado	-
Empréstimos e financiamentos	284.182	284.182	296.886	296.886	Custo amortizado	-
Debêntures	73.301	68.124	69.239	64.062	Custo amortizado	-
Passivo de arrendamento	4.973	4.973	2.772	2.772	Custo amortizado	-
	366.148	360.971	371.510	366.333		

As metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Debentures: As debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

b. Hierarquia do valor justo

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

c. Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos alocados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das controladas da Companhia incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para mitigar esse risco os contratos de venda de energia foram realizados no ambiente regulado (ACR) que prevêem a apresentação de contratos de constituição de garantias.

23. Instrumentos financeiros e gestão de risco – Continuação

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Análise de sensibilidade

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2021, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa e receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2021 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

			Projeção Despesas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
			3,04%	4,56%	6,08%	7,60%	9,12%
Empréstimos e financiamentos	TJLP +	240.035	12.689	16.417	20.145	23.873	27.601
			2,31%	3,47%	4,63%	5,78%	6,94%
Debêntures	IPCA +	73.301	7.807	8.724	9.641	10.557	11.474
Empréstimos e financiamentos	IPCA +	44.147	2.679	3.208	3.737	4.266	4.795

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano				
Indexador	Posição em 31/12/2021	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
		5,31%	7,97%	10,63%	13,28%	15,94%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	5.332	283	425	567	850
Títulos e valores mobiliários	CDI	85.554	4.545	6.818	9.090	11.363

Risco de regulação

As atividades da Companhia e suas controladas, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia e suas controladas.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia e suas controladas não tem operações em moeda estrangeira.

Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

24. Benefícios a empregados

As controladas da Companhia oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A tabela abaixo demonstra os valores dos benefícios concedidos aos empregados das controladas da Companhia:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração direta	1.370	1.440
Auxílio alimentação	115	118
Assistência médica e seguro de vida	223	178
Vale transporte	2	-
Subsídio educacional	-	2
Previdência privada (a)	37	27
Outros benefícios a empregados	2	18
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	98	132
Previdência social (INSS)	326	277
	2.173	2.192

- a) As controladas da Companhia patrocinam planos de benefícios suplementares de aposentadoria para seus empregados, implementado num plano de contribuição definida. Um banco privado é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia e suas controladas. O custeio do plano para as parcelas de contribuição definida é paritário entre as controladas da Companhia e os empregados. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante (no valor de 1% sobre a parcela do salário de participação limitado até 8%, variando de acordo com a faixa etária do empregado) e com contrapartida, as controladas da Companhia farão a contribuição no valor de 100% da contribuição efetuada pelo participante.

25. Cobertura de seguros

As suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumariza os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2021

Risco objeto	Importância assegurada	Prêmio	Término da vigência
Risco de responsabilidade civil	25.000	11	10/12/2022
Riscos nomeados e operacional	1.044.497	855	10/12/2022
	1.069.497	866	

* * *

José Luiz de Godoy Pereira
Diretor Financeiro

Daniela Ribeiro Mendes
Contadora - CRC 1SP199348/O-0